



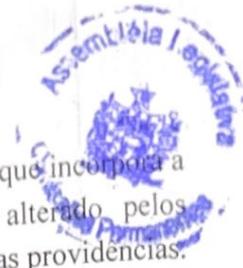
ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
"Casa de Eptácio Pessoa"  
Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

ATA



ATA DA 17ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª. LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 22 DE AGOSTO DE 2023.

Às oito horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e dois de agosto de dois mil e vinte e três, foi realizada, por meio de Sessão híbrida, e sob a Presidência do Deputado Wilson Filho, a 17ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Redação. "Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo paraibano," o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e convidou o Deputado Eduardo Carneiro para secretariar os trabalhos em substituição à Deputada Camila Toscano. Ato contínuo, o Secretário procedeu à leitura do edital do ato de convocação. Estiveram presentes à Sessão os Deputados Felipe Leitão, Nilson Lacerda, George Morais, João Gonçalves, Sargento Neto e Chico Mendes. Em seguida, a Deputada Camila Toscano compareceu à Sessão e assumiu a Secretaria dos trabalhos. Na ocasião, ela procedeu à leitura da Ata da 16ª Reunião Ordinária da CCJR, ocorrida no dia 15 de agosto de 2023. Depois, o Presidente a colocou em discussão e votação, ocasião em que ela foi aprovada e sem restrições, sem discussão e por unanimidade. Após tais procedimentos, os membros da Comissão analisaram os seguintes itens: Item A – MEDIDA PROVISÓRIA Nº: 326/2023 – DO GOVERNADOR DO ESTADO - Altera a Medida Provisória nº 323 de 26 de maio de 2023, que



alterou o anexo da Lei nº 12.512, de 28 de dezembro de 2022, que incorpora a legislação tributária estadual o Convênio ICMS 199/22, alterado pelos Convênios ICMS 19/23, 24/23, 64/23, 65/23 e 74/23, e dá outras providências.

O Relator da matéria foi o Deputado Wilson Filho, que emitiu Parecer pela admissibilidade da matéria, afirmando que a Medida Provisória possui os pressupostos constitucionais. O Parecer foi aprovado por unanimidade e sem discussão. Item B- VETOS. Veto nº. 16/2023 - DO GOVERNO DO ESTADO - Veto Total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 330/2023 de autoria do Deputado Michel Henrique, que "Cria área de proteção ao ciclista de competição – APCC, no âmbito do estado da Paraíba e dá outras providências". O Relator da matéria foi o Deputado Eduardo Carneiro, que proferiu Parecer pela manutenção do veto. Em discussão ao veto, não houve quem quisesse discutir. Em votação, o Parecer foi aprovado sem discussão e por maioria, com os votos contrários dos Deputados Nilson Lacerda e Camila Toscano. Veto nº. 20/2023 - DO GOVERNO DO ESTADO - Veto Total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 184/2023 de autoria da Deputada Danielle do Vale, que "Institui o Programa de Valorização dos Artistas da Paraíba e o denomina de "Lei Marinês, a Rainha do Xaxado, em eventos promovidos pelo Poder Público". O Relator da matéria foi o Deputado Chico Mendes, em substituição ao Deputado Tanilson Soares, o qual proferiu Parecer pela manutenção do veto. O Parecer foi aprovado sem discussão e por maioria, com os votos contrários dos Deputados Nilson Soares e Camila Toscano. Veto nº. 21/2023 - DO GOVERNO DO ESTADO - Veto Total ao Projeto de Lei nº 429/2023 de autoria da Deputada Francisca Motta, que "Dispõe sobre institucionalização da campanha permanente voluntária de permuta de doação de sangue de doadores regulares pela realização de exames de laboratórios no Estado da Paraíba, e dá outras providências". O Relator da matéria foi o Deputado Felipe Leitão, que proferiu Parecer pela rejeição do veto. O Parecer foi aprovado por maioria, com os votos contrários dos Deputados Chico Mendes e João Gonçalves. Veto nº. 22/2023 - DO GOVERNO DO ESTADO - Veto Total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 34/2023 de autoria do Deputado Michel Henrique, que "Denomina de Deputado JOÃO HENRIQUE DE SOUZA a malha viária "Anel do Cariri"



que interliga as cidades de Monteiro, Zabelê, São Sebastião do Umbuzeiro, São João do Tigre, Camalaú, Congo, Caraúbas, São Domingos do Cariri, Cabaceiras, Boqueirão e Queimadas". O Relator da matéria foi o Deputado João Gonçalves, que proferiu Parecer pela manutenção do veto. Em discussão o veto, não houve quem quisesse discutir. Em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade. Após o resultado, o Presidente, Deputado Wilson Filho, registrou o retorno aos trabalhos da Deputada Dra Jane Panta. Veto nº. 24/2023 - DO GOVERNO DO ESTADO - Veto Total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 383/2023 de autoria do Deputado Wallber Virgolino, que "Dispõe sobre a investigação e acompanhamento das crianças e adolescentes que apresentem atitudes características de vivência de violência doméstica na rede estadual de ensino, e dá outras providências". O Relator da matéria foi o Deputado Eduardo Carneiro, que proferiu Parecer pela manutenção do veto. Em discussão o veto, não houve quem quisesse discutir. Em votação, o Parecer pela manutenção do veto foi aprovado por maioria, com os votos contrários dos Deputados Nilson Soares e Camila Toscano. Veto nº. 26/2023 - DO GOVERNO DO ESTADO - Veto Total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 616/2023 de autoria do Deputado André Gadelha, que "Denomina de NICODEMOS DE PAIVA GADELHA o Hospital Materno Infantil localizado no município de Sousa/PB". O Relator da matéria foi o Deputado João Gonçalves, que proferiu Parecer pela manutenção do veto. Em discussão o veto, não houve quem quisesse discutir. Em votação, o Parecer pela manutenção do veto foi aprovado por unanimidade. Veto nº. 27/2023 - DO GOVERNO DO ESTADO - Veto Parcial por inconstitucionalidade e contrário ao interesse público, ao Projeto de Lei nº 625/2023 de autoria dos Deputados Felipe Leitão e Branco Mendes, que "Denomina o trecho de aproximadamente 33,4 quilômetros da estrada vicinal que interliga os Municípios de Pocinhos ao de Algodão de Jandaíra, compreendido entre a PB- 121 e PB-127, e dá outras providências". O Relator da matéria foi o Deputado Chico Mendes, que proferiu Parecer pela manutenção do veto. Em discussão o veto, não houve quem quisesse discutir. Em votação, o Parecer pela manutenção do veto foi aprovado por unanimidade. Item B - PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA. Projeto de lei nº.



834/2023 - DO GOVERNADOR DO ESTADO - Dispõe sobre a alteração na nomenclatura da FUNAD, altera a redação do art. 3º da Lei Estadual nº 5.354/91, que dispõe sobre o regime jurídico da FUNAD; e dá outras providências. O relator da matéria foi o Deputado Felipe Leitão, que proferiu Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e admissibilidade da matéria. Não houve quem quisesse discutir e o Parecer foi aprovado por unanimidade.

Projeto de lei nº. 837/2023 - DO GOVERNADOR DO ESTADO - Dispõe no âmbito do Poder Executivo do Estado da Paraíba sobre a designação dos agentes públicos de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. O relator da matéria foi o Deputado Chico Mendes, que proferiu Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e admissibilidade da matéria. Não houve quem quisesse discutir e o Parecer foi aprovado por unanimidade.

Projeto de lei nº. 839/2023 - DO GOVERNADOR DO ESTADO - Altera a Lei nº 6.379, de 2 de dezembro de 1996, que trata do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências. O relator da matéria foi o Deputado João Gonçalves, que proferiu Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e admissibilidade da matéria. Não houve quem quisesse discutir e o Parecer foi aprovado por unanimidade. Assumiu a presidência o Deputado João Gonçalves para que o Deputado Wilson Filho pudesse relatar o próximo projeto de lei.

Projeto de lei nº. 835/2023 - DO GOVERNADOR DO ESTADO - Cria Ouvidoria na Estrutura Organizacional Básica da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH) e altera o item 13 do Anexo IV da Lei nº 8.186 de 16 de março de 2007; e dá outras providências. O relator da matéria, o Deputado Wilson Filho, proferiu Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e admissibilidade da matéria. Não houve quem quisesse discutir e o Parecer foi aprovado por unanimidade.

Projeto de lei nº. 836/2023 - DO GOVERNADOR DO ESTADO - Altera a Lei nº 10.974, de 20 de setembro de 2017, que instituiu o Programa de Desenvolvimento do Estado da Paraíba - PRODES - PB. O referido projeto foi retirado de pauta, em face do pedido de vistas concedido à Deputada Camila Toscano.

Projeto de lei nº. 837/2023 - DO GOVERNADOR DO ESTADO - Dispõe no âmbito do Poder Executivo do



Estado da Paraíba sobre a designação dos agentes públicos de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. O relator da matéria foi o Deputado Chico Mendes, que proferiu Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e admissibilidade da matéria. Não houve quem quisesse discutir e o Parecer foi aprovado por unanimidade. Projeto de lei nº. 839/2023 - DO GOVERNADOR DO ESTADO - Altera a Lei nº 6.379, de 2 de dezembro de 1996, que trata do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências. O relator da matéria foi o Deputado João Gonçalves, que proferiu Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e admissibilidade da matéria. Não houve quem quisesse discutir e o Parecer foi aprovado por unanimidade. Projeto de lei nº. 840/2023 - DO GOVERNADOR DO ESTADO - Cria o Quadro de Pessoal Efetivo da Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), e dá outras providências. O relator da matéria foi o Deputado Wilson Filho, que proferiu Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e admissibilidade da matéria. Não houve quem quisesse discutir e o Parecer foi aprovado por unanimidade. Reassumiu a presidência o Deputado Wilson Filho, que concedeu a palavra à Deputada Camila Toscano, para prosseguir com a leitura do restante dos itens da pauta. Projeto de lei nº. Projeto de lei nº. 527/2023 - DO DEPUTADO GALEGO SOUZA - Dispõe sobre o direito de os usuários avaliarem o atendimento nos hospitais e unidades de saúde pública no âmbito do Estado da Paraíba, e dá outras providências. A relatoria da matéria ficou a cargo da Deputada Camila Toscano, que proferiu Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e admissibilidade da matéria. Não houve quem quisesse discutir e o Parecer foi aprovado por maioria, com voto divergente do Deputado João Gonçalves. Projeto de lei nº. 529/2023 - DO DEPUTADO GALEGO SOUZA - Proíbe, no âmbito do Estado da Paraíba, o constrangimento ou embaraço a vigilantes que se encontrem no exercício de sua profissão, e dá outras providências. A relatoria da matéria ficou a cargo do Deputado João Gonçalves, que proferiu Parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Não houve quem quisesse discutir e o Parecer foi aprovado por maioria, com votos divergentes dos Deputados Nilson Lacerda e Camila Toscano. Projeto de lei nº. 575/2023 -



DA DEPUTADA FRANCISCA MOTTA - Dispõe sobre o reconhecimento do tempo do consumidor como bem jurídico para o fim de reparação de danos ocasionados ao consumidor no Estado da Paraíba, e dá outras providências. A relatoria foi do Deputado Wilson Filho, que proferiu pela Inconstitucionalidade da matéria. O Parecer foi aprovado pela maioria, com votos divergentes da Deputada Francisca Motta e dos Deputados George Moraes e Nilson Lacerda. Projeto de lei nº. 541/2023 – DO DEPUTADO LUCIANO CARTAXO - Institui o Programa Estadual de Incentivo ao Videomonitoramento, PEIV. O relator da matéria foi o Deputado Eduardo Carneiro, que proferiu Parecer pela constitucionalidade da matéria com emenda supressiva. O Deputado Nilson Lacerda e a Deputada Camila Toscano seguiram o voto do Relator, e os Deputados João Gonçalves, Felipe Leitão, Chico Mendes e Wilson Filho votaram contrariamente à relatoria. O Parecer pela constitucionalidade foi rejeitado por maioria. Projeto de lei nº. 548/2023 – DO DEPUTADO TANILSON SOARES - Institui a Delegacia de Proteção Animal - DPA e dá outras providências. O Projeto foi adiado. Projeto de lei nº 556/2023 – DO DEPUTADO LUCIANO CARTAXO - Cria o comitê de proteção à mulher e dá outras providências. O Projeto foi adiado. Projeto de lei nº. 560/2023 - DA DEPUTADA DANIELLE DO VALE - Dispõe sobre a inclusão no calendário turístico e cultural do estado da Paraíba, a Festa de São João realizada anualmente em junho no município de Sapé, e dá outras providências. O relator da matéria foi o Deputado Felipe Leitão, que proferiu Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e admissibilidade da matéria. Não houve quem quisesse discutir e o Parecer foi aprovado por unanimidade. Projeto de lei nº. 562/2023 – DA DEPUTADA DANIELLE DO VALE - Institui a Campanha de Incentivo à Preservação e Recomposição das Matas Ciliares no Estado da Paraíba e dá outras providências. O relator da matéria foi o Deputado Eduardo Carneiro, que proferiu Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e admissibilidade da matéria com emenda supressiva. Não houve quem quisesse discutir e o Parecer foi aprovado por unanimidade. Projeto de lei nº. 563/2023 – DA DEPUTADA DANIELLE DO VALE - Altera e acrescenta dispositivos a Lei nº 10.770, de 10 de novembro de 2016, para disciplinar o uso dos elevadores nos edifícios públicos e



privados, no âmbito do Estado da Paraíba. O relator da matéria foi o Deputado Nilson Lacerda, que proferiu Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e admissibilidade da matéria com emenda supressiva. Não houve quem quisesse discutir e o Parecer foi aprovado por unanimidade. Projeto de lei nº. 567/2023 – DO DEPUTADO GALEGO SOUZA - Institui no âmbito do Estado da Paraíba, o “Dia do Prefeito Paraibano”, e dá outras providências. O relator da matéria foi o Deputado Felipe Leitão, que proferiu Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e admissibilidade da matéria. Não houve quem quisesse discutir e o Parecer foi aprovado por unanimidade. Projeto de lei nº. 568/2023 – DO DEPUTADO FABIO RAMALHO - Inclui no calendário turístico e cultural da Paraíba, a Festa do Padroeiro São José realizada no dia 01 de Maio no município de Areial – PB. O relator da matéria foi o Deputado Eduardo Carneiro, que proferiu Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e admissibilidade da matéria. Não houve quem quisesse discutir e o Parecer foi aprovado por unanimidade. Projeto de lei nº. 570/2023 – DO DEPUTADO JUTAY MENESES - Dispõe sobre o estabelecimento das diretrizes para a criação do Centro de Referência ao Diabético – CRD no Estado da Paraíba. O relator da matéria foi o Deputado Nilson Lacerda, que proferiu Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e admissibilidade da matéria. Não houve quem quisesse discutir e o Parecer foi aprovado por unanimidade. Projeto de lei nº. 574/2023 – DA DEPUTADA FRANCISCA MOTTA - Dispõe sobre a institucionalização da Campanha de Conscientização e prevenção aos riscos do cigarro eletrônico à saúde das crianças e adolescentes no Estado da Paraíba, e dá outras providências. A relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano, que proferiu Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e admissibilidade da matéria. Não houve quem quisesse discutir e o Parecer foi aprovado por unanimidade. Projeto de lei nº. 577/2023 – DO DEPUTADO DR ROMUALDO - Estabelece a colocação de placas nas rodovias estaduais para identificação do patrimônio histórico e turístico e do Estado da Paraíba. O relator da matéria foi o Deputado Felipe Leitão, que proferiu Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e admissibilidade da matéria. Não houve quem quisesse discutir e o Parecer foi aprovado por maioria, com abstenção do Deputado Wilson Filho.



Projeto de lei nº. 579/2023 – DA DEPUTADA SILVIA BENJAMIM - Cria o Programa “Vacina na Escola” no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências. O relator da matéria foi o Deputado Nilson Lacerda, que proferiu Parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Não houve quem quisesse discutir e o Parecer foi aprovado por unanimidade. Projeto de lei nº. 580/2023 – DO DEPUTADO JÚNIOR ARAÚJO - Denomina de Dr. João de Deus Quirino toda a área do entorno do Estádio Perpétuo Correia Lima, “O Perpetão”, na cidade de Cajazeiras – PB. Projeto de lei retirado de pauta, face ao pedido de vistas concedido ao Deputado João Gonçalves. Projeto de lei nº. 584/2023 – DA DEPUTADA CIDA RAMOS - Cria o Programa de Incentivo à educação tecnológica e digital para a inclusão social, com o objetivo de promover o acesso à educação tecnológica e digital de qualidade, visando a inclusão social e o desenvolvimento sustentável no estado da Paraíba. O relator da matéria foi o Deputado João Gonçalves, que proferiu Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e admissibilidade da matéria. Não houve quem quisesse discutir e o Parecer foi aprovado por unanimidade. Após isso, o Deputado Nilson Lacerda solicitou inversão de pauta, o que foi de pronto atendido pelo Presidente. Projeto de lei nº. 605/2023 – DO DEPUTADO NILSON LACERDA - Concede o Título de Cidadão Paraibano ao Juiz de Direito Francisco Thiago da Silva Rabelo. O relator da matéria foi o Deputado Eduardo Carneiro, que proferiu Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e admissibilidade da matéria. Não houve quem quisesse discutir e o Parecer foi aprovado por unanimidade. Projeto de lei nº. 737/2023 - DO DEPUTADO WILSON FILHO - Dispõe sobre a implantação do projeto de orientação psicológica voluntária nas escolas públicas do estado da Paraíba. O relator da matéria foi o Deputado Eduardo Carneiro, que proferiu Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e admissibilidade da matéria. Não houve quem quisesse discutir e o Parecer foi aprovado por unanimidade. Projeto de lei nº. 822/2023 - DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO - Reconhece de Utilidade Pública a Associação Programa Porto Cidade, localizada no município de Cabedelo, neste Estado. O relator da matéria foi o Deputado Nilson Lacerda, que proferiu Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e admissibilidade da matéria. Não houve quem quisesse discutir e o Parecer foi



aprovado por unanimidade. Projeto de lei nº. 806/2023 - DO DEPUTADO WILSON FILHO - Institui o monitoramento semanal pelos agentes comunitários de saúde do governo do estado da Paraíba, nas residências habitados por pessoas com deficiência que residam desacompanhados, único parente ou acompanhante no Estado da Paraíba. O relator da matéria foi o Deputado João Gonçalves, que proferiu Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e admissibilidade da matéria. Não houve quem quisesse discutir e o Parecer foi aprovado por unanimidade. Não havendo mais nada a ser deliberado, o Presidente, Deputado Wilson Filho, agradeceu a presença de todos deu por encerrada a presente Sessão. Lavrando-se a presente Ata, o redator Tiago Carvalho Farias, Assessor Técnico Legislativo, que, depois de lida e aprovada, será rubricada em todas as folhas e assinada pelo presidente, o Deputado Wilson Filho, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Sala das Comissões, João Pessoa, 22 de agosto de 2023.

Deputado Wilson Filho  
Presidente